



AS DIVERSAS VISÕES DE INFÂNCIA NO BRASIL: INTERSEÇÃO DOS MARCADORES DE GÊNERO E ÉTNICO-RACIAL COMO PECULIARIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Luciana Rocha Prado

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (Brasil)

Endereço eletrônico: luciana.rocha@uesb.edu.br

João Diogenes Ferreira dos Santos

Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS (Brasil)

Endereço eletrônico: jdfsantos@uefs.br

677

INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho é a análise das concepções sobre infância tecidas ao longo da trajetória histórica brasileira, que se constituiu por meio do autoritarismo, mandonismo, patriarcalismo e violência, como sublinha Santos (2007), bem como analisar a violência contra crianças e adolescentes no curso desta trajetória e como os marcadores sociais, principalmente, gênero e étnico-racial, produzem situações peculiares nesse fenômeno de outrora e hodiernamente.

Nesse sentido, o objetivo geral deste artigo é identificar a origem das concepções de infância e os objetivos específicos são analisar as rupturas e continuidades das concepções de infância na trajetória histórica brasileira e analisar a violência contra infância fazendo a interseção com os marcadores de gênero e étnico-racial.

O estudo demonstra sua importância para a compreensão de um processo histórico e social marcado por diferentes contextos e que resulta em múltiplos significados de infâncias, o qual evidencia rupturas, permanências e continuidades no tratamento e atenção voltados às crianças, notadamente, às meninas negras, que eram e continuam sendo vítimas preferenciais em quase todos os registros de violência.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, desenvolvida com a leitura de material bibliográfico, dissertações, artigos, que resultaram num levantamento de dados e permitiriam analisar a temática.

Neste sentido, para a compreensão das concepções de infância foram utilizadas como referências: Ariès (1978); Moraes Júnior (2018); Santos (2007) e Públio (2016).

Ademais, alguns textos deram base para se entender a trajetória histórica



brasileira da concepção de infância e da violência às quais as crianças foram submetidas, tais como: Del Priore (2015), Ramos (2015) e Santos (2012).

Outras leituras trouxeram as informações precisas para a análise de contextos de violência contra crianças e adolescência e sua relação com gênero e etnia: Goes; Florentino (2015), Mott (2010), Chalhoub (2004), Schwarcz (2016) e Munanga (2003).

Também foram realizadas algumas consultas ao site da Childhood Brasil, que apresenta, dentre outros conteúdos, dados sistematizados de violência contra crianças e adolescentes, como as violências mais recorrentes em canais de registro e/ou denúncia e as vítimas mais frequentes.

678

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento desta pesquisa permitiu compreender que o sentido da infância como um estágio de desenvolvimento do indivíduo é uma construção tecida por um processo histórico e social marcada por diferentes contextos e que resulta em multiplicidades de significados e, como afirma Ariès (1978), passou a ser destacada como categoria a partir do século XVI. Antes disso, a infância era considerado como o breve período em que o infante dependia integralmente de um adulto e logo que adquiria um mínimo de autonomia, já era tratado como um adulto em miniatura (ARIÈS, 1978). Importante pontuar que em relação a esse aspecto da construção do sentimento de infância denotado por Ariès, sua visão está vinculada às crianças de famílias europeias abastadas.

Assim, enquanto no continente europeu iniciava a difusão do sentimento de infância, o Brasil era colonizado pelos portugueses, vindos nas primeiras embarcações invasoras que contavam com a presença de crianças europeias, como assinala Ramos (2015), as quais recebiam diferentes tratamentos, e eram divididas em alguns grupos, a saber: grumetes, pajens, órfãs del Rei e, ainda, crianças de famílias aristocráticas que estavam na companhia dos pais (RAMOS, 2015), sendo as três primeiras expostas a situações degradantes e vítimas de várias formas de violência.

Durante esse período de propagação da ideia de que infância e fase adulta eram estágios diferentes da vida, ocorreu a expansão da colonização portuguesa alinhada à submissão dos povos originários aos dogmas católicos, conforme nos assinala Del Priore (2015), através do processo de catequização das crianças indígenas. No entanto, como ressaltado por Moraes Júnior (2018), houve resistência de diversos grupos étnicos indígenas, que lutaram contra a invasão de seu território e contra a catequização cristã.

Realização:



Apoio:





Outra categoria de infância, nesse período histórico, era as crianças negras escravizadas. Santos (2007) traz à baila que as crianças negras, quando começava a dar os primeiros passos e a pronunciar as primeiras palavras, realizavam “*pequenas tarefas*” domésticas e quando atingiam sete a oito anos de idade ingressavam compulsoriamente no trabalho produtivo, configurando, assim, a passagem da infância para a idade adulta (SANTOS, 2007). Mott (2010) nos apresenta um documento, no qual consta que as mais extremas torturas proferidas pelo baiano Garcia de Sousa d’Ávila não se limitavam aos negros escravizados adultos, sendo desferida aviltante violência contra crianças escravizadas, como, por exemplo, o uso de cera derretida da vela acesa no ânus de uma criança negra e o uso de um chicote de açoitar cavalos em outra criança negra, desferindo golpes pelas costas, pernas e todo o corpo, entre outras práticas sádicas.

Além das infâncias já relatadas aqui, o Brasil-colônia contava também com as crianças brancas de famílias abastadas, para as quais eram desferidos castigos com finalidade pedagógica, conforme evidência Del Priore (DEL PRIORE, 2015, p. 97) e havia ainda outra categoria de “crianças brancas, oriundas das classes empobrecidas, os chamados “enjeitados”, eram abandonadas nas ruas, nas portas das casas e nas igrejas” (SANTOS, 2007, p 05).

No século XIX há uma mudança na concepção de infância, resultado de profundas transformações políticas, sociais e econômicas e a criança passou a ser o centro das atenções e a necessitar de cuidados constantes. Contudo, enquanto era disseminado no território brasileiro a ideia de que as crianças seriam o futuro da nação, uma determinada infância começa a ser percebida como problema social passível de intervenção estatal, referindo-se, pois, “as infâncias pobre, negra, mestiça, que espalhavam pelas ruas das cidades brasileiras, consideradas pelas classes opressoras como ociosas, delinquentes, degeneradas e vadias” (MORAES FILHO, 2018, p 46).

CONCLUSÕES

Este trabalho permite concluir que há uma relação entre a forma que foi tecida a concepção de infância no Brasil e a sua longa trajetória histórica, evidenciando a diversidade de perspectivas. Ademais, a interseção com os marcadores de gênero e étnico-raciais estendem seus efeitos atualmente e fazem com que negros ainda sejam vítimas preferenciais de diversas violências. Tanto é assim, que meninas aparecem entre 3 e 4 vezes mais do que os meninos atendidos pela rede SUS e que “as meninas negras são particularmente mais vulneráveis às quatro formas de violências mais recorrentes no



país (negligência/abandono, violência psicológica/moral, violência física, e violência sexual)” (GONÇALVES; SANTOS; COSTA; 2020, p. 73-74).

Importante enfatizar a relação dessas crianças e adolescentes, identificados, no século XIX, como filhos da “classe perigosa”, e, no século XX, como menores abandonados, e, atualmente, como bandidos, traficantes, entre outras expressões pejorativas, como sujeitos perigosos, nocivos à sociedade (CHALHOUB, 2004).

Foi possível concluir, também, que, atualmente, crianças e adolescentes, especialmente do gênero feminino e negras permanecem tratadas como menores, como “classe perigosa”. Essa constatação possibilita compreender que embora exista uma igualdade formal, legal, entre todos, que todas as crianças e adolescentes devem receber proteção integral, dita igualdade não se efetiva e não rompe com um ciclo de violências, pois as vítimas mais frequentes da violência contra crianças continuam as mesmas.

680

PALAVRAS-CHAVE: Infância. Violência. Gênero e Étnico-racial.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. 7º Ed. São Paulo: Contexto, 2015.

GOES, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. **Crianças escravas, crianças dos escravos**. In: PIORE. Mary Del. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 177-191, 2015.

GONÇALVES, Itamar; SANTOS, Benedito Rodrigues dos; COSTA, Patricia de Sousa. **A revitimização de crianças e adolescentes no Sistema de Garantia de Direitos (SGD)**. Guia de Referência para Capacitação em Escuta Especializada e Depoimento Especial. Childhood Brasil, 2020.

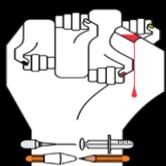
MORAES JÚNIOR, Almir Nunes de. **Memórias dos profissionais do sistema de justiça que atendem adolescentes autores de ato infracional em Vitória da Conquista - BA**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2018.

Realização:



Apoio:





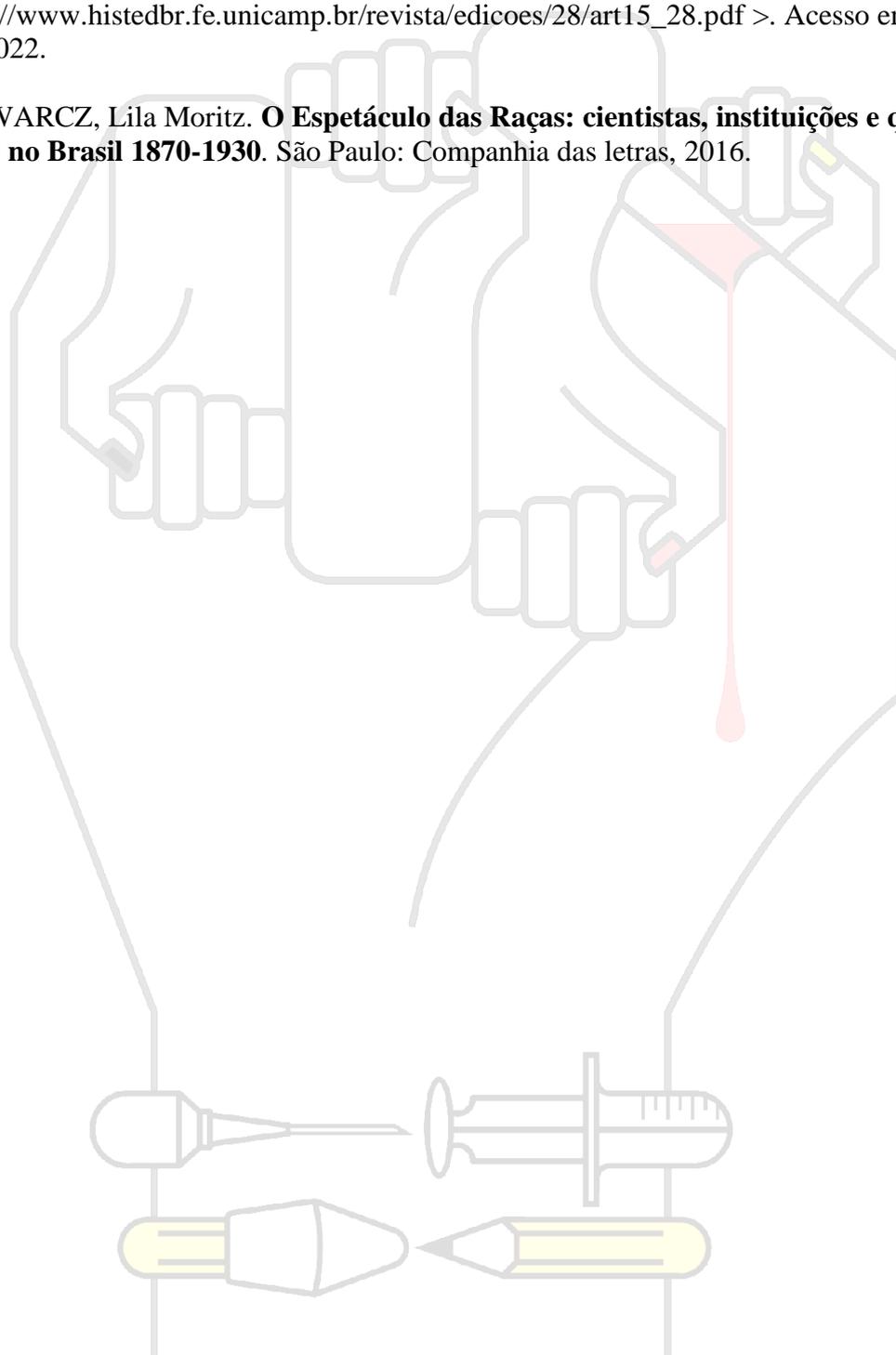
MOTT, Luiz. **Bahia: inquisição e sociedade** [online]. Salvador: EDUFBA, 2010. 294p. ISBN 978-85- 232-0580-5. Available from SciELO Books.

RAMOS, Fabio Pestana. **A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI**. In: PIORE. Mary Del. História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, p. 19-54, 2015.

SANTOS, João Diógenes Ferreira. **As diferentes concepções de infância e adolescência na trajetória histórica do Brasil**. Revista HISTEDBR On-line Campinas, n.28, p.224 –238, dez., 2007b- ISSN: 1676-2584. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/28/art15_28.pdf >. Acesso em: 12 jan. 2022.

SCHWARCZ, Lila Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

681



Realização:



Apoio:

